sociedade portuguesa uma caracterização e uma especificidade determinadas.

Não queremos afirmar que tudo o que se tem publicado nos últimos anos possa ser considerado no mesmo plano de qualidade e encarado como igualmente significativo no esforço interpretativo do nosso passado recente. No entanto, na presença de condições de investigação até agora pouco favoráveis a um trabalho sistemático e profundo, teremos sempre de saudar as contribuições parcelares ainda que elas padeçam de lacunas e limites que lhe possam diminuir a dimensão.

Os dois volumes que David Ferreira fez recentemente publicar não pretendem ser obra definitivamente esclarecedora. O próprio autor disso nos adverte no prefácio ao traçar os limites do seu próprio trabalho.

Os dois volumes agora publicados têm o grande mérito de sistematizarem a formação dos sucessivos governos republicanos, a sua acção governativa, os movimentos militares, as eleições e algumas correntes políticas para o período compreendido entre 1910 e 1951. Obra extremamente útil, de consulta obrigatória para quem queira analisar os primeiros cinco anos da República Democrática. No entanto há que discutir alguns critérios e concepções de base que julgo estarem inplícitos (e até muito explícitos em alguns casos) nas páginas dos dois volumes.

Com efeito, ocorre de imediato perguntar: o que se entende por «História Política» É que uma das limitações fundamentais deste trabalho é, ao que julgamos, a consideração da história política como uma *realidade própria* isto é, como objecto de investigação nitidamente demarcado, com *vida* própria e uma *realidade* desligada do processo dinâmico da sociedade portuguesa.

A *História Política da Primeira República Portuguesa* surge-nos como algo de separável das classes e grupos sociais, como *objecto em si*, como actividade que «flutua sobre o *real social*» e não como parte integrante desse mesmo *real*.

Esta limitação de base origina, como sua consequência natural, a incompreensão da função efectiva dos grupos partidários em presença na sociedade portuguesa. O que destingue o evolucionismo de A. J. de Almeida do unionismo de Brito Camacho. Qual a composição social do Partido Republicano Português (democrático)? Que «jogo de interesses» determina a formação dos sucessivos governos republicanos. Que deveremos entender por «governos de concentração» em termos da dinâmica social portuguesa após a implantação da República?

Estas questões que acabamos de formular não têm resposta nas páginas escritas por David Ferreira.

Julgamos mesmo que o autor não poderia dar-lhes resposta e, todavia, consideramos que a História Política só existe como tal se for conectada com a História Social ou se, pelo menos, o processo social estiver implicitamente presente na análise das «actuações políticas».

Das limitações de base já apontadas resulta um livro que não contribui para a compreensão profunda e esclarecedora (ainda que a título provisório) do período em questão.

Estas considerações não invalidam *o real mérito* do trabalho de David Ferreira que, no entanto, deve ser lido e percebido em conexão com outras obras, por ora escassas, com prespectivas de abordagem diferentes e que, porventura, alargam e esclarecem a sistematização da actividade política que estes dois volumes nos fornecem.

Ressalva-se o propósito de «imparcialidade» do autor que se traduz num esforço de descrição não-apologetico; todavia as já aludidas limitações de base impedem-no de aprofundar a análise e dimensionar socialmente algumas considerações.

Um livro a ler. Um livro sem dúvida muito útil sobretudo quando for possível dispor de tentativas de síntese interpretativa de carácter global para o primeiro quartel do nosso século. Um livro, apesar de tudo isto, limitado.

António César G. Oliveira

JAVEAU, Claude — *L'enquête par questionnaire. Manuel à l'usage du praticien*, Bruxelas, Editions de l'Institut de Sociologie, Université Libre de Bruxelles, 1971.

A diversificada e complementar actividade e experiência de Claude Javeau, enquanto investigador de um Centro de Estudos ligado ao Instituto de Sociologia da Universidade Livre de Bruxelas, professor de me-

todologia estatística e metodologia dos inquéritos sociológicos e colaborador do Prof. Henri Janne em seminários sobre temas sociológicos, respectivamente no Instituto de Estudos Sociais de Ixelles e na Universidade Livre de Bruxelas, colocou o autor em posição de identificar «dois fenómenos inquietantes: primeiro, a ignorância frequentemente profunda de um grande número de investigadores (e, *a fortiori*, de estudantes de Sociologia) sobre os dados técnicos de base que lhes premitissem realizar convenientemente os inquéritos que lhes estavam confiados e, segundo, a falta, na literatura francesa, de uma obra suficientemente completa e precisa que fosse simultaneamente de leitura e consulta fáceis» sobre o assunto, isto é, sobre a metolodogia do inquérito por questionário e as técnicas relacionadas.

Felizmente. Claude Javeau não se quedou na comtemplação amargurada destas realidades e, como lhe competia, empenhou o seu saber e experiência numa tentativa de contribuir, concreta e efizcazmente, para a superação das deficiências com que se debatiam os seus alunos e colegas. Diz-se felizmente porque o resultado dessa atitude foi o trabalho em referência que pode considerar-se dos mais completos, claros e úteis, sobre os temas que o autor abordou. O objectivo que se propôs foi seguramente alcançado e com isso não só ganharam os estudantes e os investigadores da Bélgica mas todos os que, onde quer que seja, se interessem pelo estudo e pela aplicação dos questionários como instrumento de inquéritos sociológicos.

O livro pode ser utilizado como um *vade-mecum* porque efectivamente está organizado, apresentado graficamente e escrito de modo a poder proporcionar a consulta rápida sobre pontos precisos das matérias que aborda, os quais são os problemas que surgem, correntemente, no dia-a-dia de quem faça e trabalhe com questionários. Esta qualidade do trabalho não deverá, contudo, permitir um uso não crítico do material exposto, como se tratassem de receitas que tudo resolvem por si, ou como se fosse possível que a mera utilização de uma técnica utilizada por uma ciência conferisse, *ipso facto*, estatuto científico ao produto obtido. Por isso, o livro deverá começar a ler-se pelo prefácio o qual,, apesar de breve,, refere claramente o carácter instrumental do questionário no trabalho sociológico: lembra que se trata de uma técnica, entre outras disponíveis, com um domínio de aplicação e características próprias de que lhe advêm os limites, as vantagens e as condições do seu uso. Claude Javeau põe de sobreaviso os seus leitores para o facto de que nem sempre os questonários têm sido utilizados correctamente, e que às vezes se fazem inquéritos sem os requisitos teóricos e metodológicos indispensáveis, dando origem a resultados e interpretações viciados, sem qualquer interesse e valor científico, sendo certo que esses abusos têm revertido em desfavor das próprias ciências sociais. A propósito destes problemas, o autor indica outras questões básicas da epistemologia das ciências sociais e referencia a sua posição pessoal sobre elas, apoiando-se, principalmente, em Wright Mills.

O âmbito do trabalho foi delimitado aos «aspectos materiais» do inquérito por questionário, não sendo praticamente desenvolvidas as fases preliminares, de índole predominantemente teórica, (as 1.ª, 3.ª e 4.ª fases, segundo o esquema do autor), e a fase preparatória do inventário dos meios materiais a utilizar, (correspondente à 2.ª fase), assim como o trabalho da análise dos resultados e da redacção do relatório final (14.ª e 15.ª fases), considerando o autor que sobre estes assuntos há biliografia bastante.

Em função do objectivo que se propôs atingir e do âmbito que delimitou para o trabalho, Claude Javeau decompôs a relização de um inquérito por questionário nas quinze fases que se indicam seguidamente, e «àcerca das quais são evocados os principais problemas que lhes dizem respeito», ao longo do livro: 1) definição do objecto do inquérito; 2) inventário dos meios materiais postos à disposição de quem faz o inquérito; 3) pesquisas preliminares; 4) determinação dos objectivos e das hipóteses de trabalho; 5) determinação da população ou universo abrangido pelo inquérito; 6) construção da amostra; 7) redacção do projecto do questionário; 8) operação de prova do projecto do questionário; 9) redacção do questionário definitivo; 10) formação dos inquiridores; 11) realização material do inquérito; 12) codificação dos questionários; 13)

tratamento dos questionários; 14) análise dos resultados; 15) redacção do relatório.

A indicação das fases sugere, e a leitura do livro confirma, que ainda dentro do âmbito delimitado pelo autor para o seu trabalho, o questionário que é estudado em pormenor é aquele que é administrado em entrevista directa entre um inquiridor e o inquirido. Os inquéritos que utilizam questionários enviados pelo correio e os que se administram pelo telefone obedecem, na sua estrutura básica, ao esquema adoptado pelo autor, nas suas fases principais, mas têm particularidades que neste trabalho são simplesmente referidas, por vezes.

Cada fase é abordada em pormenor, excepto as quatro primeiras e as duas últimas, como já se disse, usando-se muitos e variados exemplos na apresentação e desenvolvimento dos assuntos tratados, com o cuidado de fazer referências bibliográficas desenvolvidas e comentadas no sentido de permitir um aprofundamento das matérias versadas.

Na 5.ª e 6.ª fases é dado algum desenvolvimento à estatística aplicada à amostragem. Nas 7.ª, 8.ª e 9.ª fases tratam-se, além de outras, de questões técnicas importantes ligadas à elaboração das perguntas, à selecção e aplicação das escalas e à construção geral do questionário. Ao desenvolver as 10.ª, 11.ª, 12.ª e 13.ª fases do seu esquema, Claude Javeau aborda alguns aspectos sobre os quais era, até agora, especialmente difícil encontrar informações bem elaboradas e acessíveis, por exemplo, sobre a formação e o trabalho dos inquiridores, a aplicação do questionário, a codificação, o tratamento automático de informação e o recurso aos computadores. É interessante observar o facto de que, ao tratar de codificação e das tarefas do tratamento das informações obtidas, o autor só se referisse às técnicas e aos meios utilizáveis no tratamento mecanográfico ou electrónico da informação... o que deixa matéria para meditação sobre os meios de que hoje se podem utilizar os sociólogos nas suas pesquisas, na Bélgica.

O livro inclui ainda três anexos muito úteis, o primeiro apresentando vários exemplos de códigos sobre ramos de actividade, ensino (níveis e cursos), estado civil, localidade e profissão, se bem quem em alguns casos se trate de aplicações directamente adequadas à realidade social belga; o segundo anexo recorda as principais noções estatísticas mais correntemente usadas nos trabalhos de sociologia; no último apresenta-se uma introdução sucinta ao cálculo binário, com interesse para uma melhor compreensão das operações efectuadas pelos computadores.

Uma bibliografia crítica (que só cita obras publicadas em francês) e os índices alfabéticos de assuntos e geral, contribuem para tornar este livro de Claude Javeau um importante instrumento de trabalho que se aconselha a quem trabalha com questionários como instrumentos de inquétos sociológicos.

Marinho Antunes

PIOTTE, Jean-Marc — *La pensée politique de Gramsci*, Paris, Éditions Anthropos, 1970.

Produto de um trabalho académico (elaboração de uma tese, sob a orientação de L. Goldmann), este livro revela as qualidades e os limites que é comum possuirem as obras do género.

Entre as qualidades, não podem deixar de ser notados o esquema articulado da exposição, a prosa clara e corrida, e, sobretudo, a útil bibliografia das obras *de* Gramsci e *sobre* Gramsci.

Já entre os limites nos parece estar o excessivo cuidado com que a interpretação se cola aos textos estudados, os *Quaderni del carcere*. O autor de resto, explicita alguns limites que se impôs e que justificam em parte a sua falta de audácia: «No nosso trabalho insistimos na análise *interna* da obra de Gramsci. Suprimimos o mais possível as críticas que poderíamos fazer, assim como — excepto na conclusão — evitámos as comparações entre a obra de Gramsci e as de outros autores marxistas, afim de não ocultar, por uma análise externa, o pensamento característico do autor» (p. 14).

Por outro lado, a própria natureza dos textos estudados terá trazido ao autor não pequenas dificuldades. Refere ele na Introdução, os problemas levantados pelos critérios adoptados na edição Einaudi dos *Quaderni*, o caráter criptográfico da terminologia de Gramsci, provocando frequentemente a dúvida sobre o estatuto a atribuir a certas expressões (meio de escapar à censura ou divergências em relação às concepções